

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

No passado dia 21 de agosto terminou o período de consulta pública do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projeto de exploração mineira de estanho e volfrâmio a céu aberto e com lavagem de inertes, localizado em Calabor, Espanha, a dois quilómetros da fronteira portuguesa de Bragança.

Esta exploração mineira terá um grande impacto na saúde das populações, assim como, nos cursos de água da bacia hidrográfica do Douro e ainda no Parque Natural de Montesinho, podendo mesmo afetar a nível de extinção de espécies protegidas de fauna e flora, estando a sua área de implementação totalmente inserida em área protegida ao abrigo da Rede Natura 2000.

Tendo em conta a Avaliação de Impacto Ambiental, “a área em que o projeto está situado localiza-se na Bacia do Rio Douro” e afetará negativamente todos os ecossistemas, territórios e biodiversidade a ela associados, nomeadamente através da poluição da água subterrânea, do uso de explosivos e da poluição do ar. O próprio EIA identifica vários impactes negativos, nomeadamente destruição do habitat de várias espécies. Para além disto os impactes para a saúde e bem-estar como o ruído e o arrastamento de poeiras, mas também contaminação das águas da bacia hidrográfica do Douro com previsão de contaminação de águas subterrâneas e superficiais.

Este empreendimento altamente contestado pelos autarcas, população e associações ambientalistas dos dois Estados está projetado para uma zona de alto valor ecológico na Rede Natura 2000 e na Zona Especial de Conservação da Serra da Culebra, incluída na Reserva da Biosfera Planalto Ibérico, protegida por Diretiva Europeia.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente e Ação Climática, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Que informação foi facultada pelo Governo Espanhol ao Governo de Portugal relativamente aos detalhes desta exploração e respetivo processo de licenciamento e impacto ambiental?
3. Qual a posição do Governo relativamente à instalação desta exploração mineira tão próxima da fronteira?
4. Existem pareceres das entidades administrativas do Estado Português com competências na matéria – ambiente, geologia - que possam ser remetidos a este Grupo Parlamentar?
5. Esta posição e pareceres foram dados a conhecer ao Governo Espanhol, nomeadamente no âmbito de acordos relativamente a gestão do território fronteiriço?
6. Que precauções têm vindo a ser tomadas pelo Governo Português para que a gestão de uma infraestrutura com este impacto ambiental não venha a ter consequências profundamente mais danosas para o território português, como ocorre, por exemplo, na Barragem de Cedillo?

Palácio de São Bento, 26 de setembro de 2020

Deputado(a)s

MARIA MANUEL ROLA(BE)  
JOSÉ MARIA CARDOSO(BE)  
NELSON PERALTA(BE)